EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONCEITUANDO A DEFICIÊNCIA E PROMOVENDO A EFICIÊNCIA

CRISTINA ALMEIDA DUTRA DA SILVA

RESUMO

O estudo aborda os principais desafios para que a educação inclusiva seja realizada e ainda a inclusão sob a perspectiva da dignidade da pessoa humana. Nesse contexto o objetivo deste trabalho é caracterizar as principais deficiências encontradas no contexto escolar e quais são os desafios que se apresentam frente à concretização da escola inclusiva, assim como assegura a legislação educacional e as correntes teóricas aceitas atualmente. A pesquisa teve como problemática as seguintes questões: será que estamos realmente trabalhando da forma correta? Como lidar com determinada deficiência? As nossas formas de atuação estão adequadas à inserção das crianças com deficiência? Como podemos auxiliar o professor no desenvolvimento dessas crianças? Para cumprir o objetivo e responder tais questionamentos, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, tendo como base os estudos que versaram sobre a temática da inclusão. Os autores que basearam a pesquisa foram: MAZZOTTA (2005), ALMEIDA JÚNIOR (2018), SÁ(2005), SILVA (2011), GODOI (2006), BATALHA (2011). A análise dos documentos de referência para a compreensão dos direitos da criança à inclusão no contexto escolar, dialogando ainda com autores que assinalam a relevância da garantia de tais direitos relacionados à manutenção da dignidade, do acesso, da permanência e da qualidade da aprendizagem em contextos em que a diferença é ressaltada. No âmbito escolar, muitas dificuldades são encontradas, preconceito, e principalmente a ausência de informação acerca deste tema faz com que pessoas se limitem a entender o real comprometimento com a inclusão. Concretizar na rotina escolar o que foi estabelecido por lei para atender as crianças com deficiência apresenta-se como um dos grandes desafios da escola na atualidade. No que tange a temática abordada, a inclusão de crianças deficientes nas escolas regulares é uma problemática que envolve uma discussão entre as práticas nas escolas regulares e escolas ou classes especiais. Embora constantemente discutida, a temática ainda se mostra atravessada por diferentes formas de preconceitos, que, geralmente, significam a inclusão somente pela perspectiva do acesso ao espaço escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Deficiência. Estudante. Professor. Educação.

INTRODUÇÃO

Os estudantes com deficiência têm sido foco de grandes e importantes discussões em todo o país, particularmente no que se refere à questão da inclusão desses sujeitos em ambientes da educação regular. Contudo, ainda há muito que se fazer nessa área, pois, sendo a cidadania um direito de todos no Brasil, esses estudantes ainda são, de certa forma, extremamente discriminados no que se refere aos processos de inclusão.

O principal argumento da inclusão é asseverar que todos os cidadãos são membros da mesma maneira importantes em uma comunidade e que a distinção e a disparidade enriquecem a comunidade escolar, oportunizando novas aprendizagens, questionando os modelos anteriores de educação segregada para as pessoas consideradas deficientes ou que por qualquer motivo não se adaptassem ao sistema escolar.

A escolha desse tema justifica-se pela relevância e preocupação com o desenvolvimento educacional da criança na escola, levando em consideração a diversidade e a construção de uma sociedade inclusiva, pois as escolas estão presas a conceitos que requerem mudanças, uma vez que os educadores não recebem formação específica para trabalhar com a inclusão de crianças com deficiência.

As questões que mais interrogam são: será que estamos realmente trabalhando da forma correta? Como lidar com determinada deficiência? As nossas formas de atuação estão adequadas à inserção das crianças com deficiência? Como podemos auxiliar o professor no desenvolvimento dessas crianças? A presente hipótese desse trabalho mostra que a inclusão da criança e do adolescente

com deficiência no ensino regular pode ser considerada um dos maiores avanços, pois graças ao reconhecimento da importância e da necessidade de inclusão desse público através de leis, políticas públicas, atendimentos especializados, como equipe qualificada, recursos pedagógicos e de acessibilidade tais alunos conseguem se desenvolver de forma plena e assim alcançar autonomia para a ampla participação dentro e fora da escola.

Não basta que os alunos com deficiência estejam integrados às escolas comuns, eles devem participar plenamente da vida escolar e social dessa comunidade escolar. Isto significa que as escolas devem estar preparadas para acolher e educar a todos os alunos e não somente aos considerados como "educáveis". Por isso, a inclusão assume que a convivência e a aprendizagem em grupo é a melhor forma de beneficiar a todos, não somente às crianças rotuladas como diferentes.

Dentro desse processo de inclusão e modificação de padrões, a educação inclusiva objetiva integrar discentes com necessidades especiais dentro do contexto educacional, utilizando metodologias e práticas que promovam a educação segundo o princípio da equidade, de acordo com a necessidade específica de cada um, quebrando padrões de segregação. A inclusão educacional oferece oportunidades para que os responsáveis pela educação gerem um novo modelo de ensino, implementando novas estratégias no processo educativo, abordando afetividade e superação de limites (ZIMMERMAN, 2010).

DESENVOLVIMENTO

Incluir vem do latim includere; que traz o entendimento de compreender, abranger; conter em si, envolver, implicar; inserir, intercalar, introduzir, fazer parte e pertencer juntamente com outros em um mesmo ambiente. Entretanto entende-se que incluir não se trata de pessoas iguais, mas de assumir que a diferença faz parte do mundo, onde essa mistura e proporciona diferentes construções de conhecimento.

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que por sua vez abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais.

Assim sendo, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que por sua vez abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais.

Dessa maneira, Mantoan (2003) explicita que o conceito de integração correspondia à necessidade de adaptar os educandos com necessidades educacionais específicas aos modelos já existentes na sociedade para que estes pudessem se assemelhar o máximo possível aos demais cidadãos, ou seja, a integração estava centrada no próprio sujeito, onde a pessoa com deficiência deveria ser o agente de suas mudanças, proporcionando sua inserção e convívio igualitário em sociedade, a qual faria apenas pequenos ajustes para atendê-los.

Para Sassaki (2005. p.22.) integração significa inserção na escola da pessoa com deficiência, que esteja preparada para viver em sociedade. Inclusão, por sua vez, significa modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa realizar seu desenvolvimento e exercer a cidadania.

Basicamente a diferença é simples: na inclusão é a escola que abre os braços para acolher todos os alunos; na integração e o aluno que tem de se adaptar as exigências da escola. Na primeira, o fracasso escolar é de responsabilidade da escola, ou melhor, de todos (autoridades, professores, pais, alunos); na segunda, o fracasso é do aluno que não teve competência para se adaptar as

regras inflexíveis da escola, que presta mais atenção aos impedimentos do que aos potenciais das crianças. A inclusão é estar com o outro; a integração e estar junto ao outro (que não necessariamente significa compartir nem aceitar estamos junto dele, mas não estamos com ele).

Durante a maior parte da história da humanidade ocidental, pessoas com deficiências foram segregadas. Na Antiguidade, a inaptidão para a caça poderia representar uma ameaça à sobrevivência do grupo, provocando a eliminação ou o abandono. A civilização greco-romana via essas pessoas como incompatíveis com o ideal de perfeição e autorizava ou obrigava que fossem eliminadas do convívio social. (SANTOS, 2002)

No período feudal, a religiosidade tinha o poder sobre tudo e todas as coisas, e, por essa razão, a busca de respostas a respeito da natureza e da sociedade eram encontradas na religião. Quase não há documentos que tratam de deficiência mental antes da Idade Média. A mesma era considerada uma moléstia mental, sendo conhecida por idiotia, e englobava todos os deficientes e não apenas os casos mais graves. Em Esparta, as crianças portadoras de deficiência física ou mental, eram consideradas subumanas, sendo abandonadas nas igrejas e faziam o papel de bobos da corte e/ou eram eliminadas, sendo atiradas nos esgotos (MENEZES, 1995, p. 18).

Todavia, no último período da Idade Média, ocorreu a queda do feudalismo, o que modificou todo o contexto. Segundo Sá (2005, p., 80) nesse período, "o natural, e não mais o divino, passa a ser critério de norma e valor, sendo, portanto, valorado ou (des) valorizado tudo aquilo que é conforme a natureza", nascendo, então, a busca para compreender as necessidades das pessoas, através da ciência. E com a ciência, surgiu o hospital psiquiátrico, local onde pessoas com deficiência eram realocadas, com intuito de fornecer oportunidades às famílias na retomada ao campo de trabalho.

Na Idade Contemporânea iniciou a preocupação com a educação de deficientes, entretanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que realmente essas pessoas sejam tratadas e educadas de acordo com suas necessidades e especificidades.

Mazzotta (2005) destaca que, durante todo o século XIX, foram isolados todos os atendimentos voltados as pessoas com deficiência com iniciativas tanto oficiais quanto os particulares. "O paradigma da Institucionalização fundamentava-se na ideia de que a pessoa deficiente estaria mais bem protegida e cuidada em ambiente segregado e, por conseguinte a sociedade estaria protegida dela". (BATALHA, 2009, p. 1067).

O século XX foi norteado por muitas iniciativas relacionadas às pessoas com deficiência, A partir da década de 60 os serviços de reabilitação cresceram e se desenvolveram devido a um maior incentivo e apoio oferecido pelo governo. Em 1961, com a homologação da Lei de Diretrizes e Bases 4024/61, a educação da pessoa com deficiência passou a ser integrada ao sistema regular de ensino. Na verdade, essa integração não ocorreu, pois o atendimento educacional ficava sob a responsabilidade de outras instituições particulares e subconveniadas pelo governo. Contudo, essas iniciativas tomaram força realmente na década de 1970, já que pela primeira vez, as pessoas com deficiência atuavam a favor de causa própria, lutando por direitos. Se, até esse período, as pessoas com necessidades específicas foram camufladas pela história, mantendo-as paradas, acimentadas, alienadas, deixadas a margem das decisões políticas e administrativas relativas ao seu processo de desenvolvimento, na atualidade, surgem sinais de mudança.

Apesar da evolução gradativa da inclusão dos deficientes na sociedade, essas pessoas sempre foram alvo de atitudes discriminatórias até os tempos atuais. Os avanços são exemplares, porém ainda há o que melhorar, pois o deficiente vive a margem da sociedade, sendo notado como incapaz ou improdutivo. A ONU (Organização das Nações Unidas), nos anos 70, começou o processo de inclusão social das pessoas com deficiência mental, retirando-as do oculto e exclusão e as aproximando da sociedade com a proclamação da Declaração dos Deficientes Mentais (GUGEL, 2016).

O contexto histórico dos deficientes não revela muitos fatos dos quais possam se or-

gulhar. Pelo contrário, mostra um avanço muito lento que demonstra que se em pleno terceiro milênio essa cultura arcaica ainda existe, é porque além da falta de informação, existe também a falta de respeito à vida. Qualquer conceito, definição ou noção sobre deficiência implica a imagem que se faz das PPDs, explica Ribas (2003). Costuma-se utilizar palavras e expressões, como cego, surdo, aleijado, excepcional e anormal, entre várias outras, e para cada uma destas palavras há sempre uma idéia clara do que se quer dizer com elas. Porém, quando se trata da palavra deficiente, da expressão pessoa portadora de deficiência, ou ainda de alguma outra que denote uma pessoa com deficiência, as imagens e ideias que podem vir à mente são diversas. Estas imagens são em geral ligadas não só à sua característica de deficiência, mas também ao que podem ser suas condições de vida, suas dificuldades.

Segundo Abujamra Piccirillo e Prux (2010) deficiência é a ausência ou diferença significativa na estrutura corporal, função ou funcionamento mental de uma pessoa. Por exemplo, problemas na estrutura do cérebro podem resultar em dificuldade nas funções mentais, ou problemas na estrutura dos olhos ou ouvidos podem resultar em dificuldade nas funções de visão ou audição.

Segundo Diniz (2012) existem três tipos de deficiência, sendo que um deles se divide em duas partes. São elas, deficiências físicas (de origem motora: amputações, malformações ou sequelas), as deficiências sensoriais, que se dividem em deficientes auditivas (surdez parcial ou total) e visuais (cegueira parcial ou total) e as deficiências mentais. As deficiências múltiplas que são várias deficiências em somente um indivíduo. A seguir a pesquisa irá caracterizar brevemente algumas deficiências mais encontradas no contexto escolar.

Os autores supracitados ainda relatam que é de grande importância a construção de uma sociedade inclusiva e para que isso aconteça é preciso que as pessoas aceitem as diferenças e as individualidades um do outro, dando o acolhimento a diversidade cultural e garantindo o acesso de todos no espaço comum da vida em sociedade; ter um esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento. Dentro dessa sociedade inclusiva, estar aberto para aprender um pouco mais sobre si mesmo e também sobre os outros em situações de diversidade de ideias, sentimentos e ações. Por mais que percebemos o esforço que a sociedade brasileira tem feito no sentido da inclusão, é visível que ainda não há oportunidades e nem o acolhimento com qualidade de todos os indivíduos.

E percebido, assim, que cada indivíduo possui suas particularidades, independentemente de ser considerado deficiente ou não, logo, lutar pela igualdade sem considerar as peculiaridades individuais pode ocasionar uma segregação a partir do momento em que não se respeitam as diferenças, no intuito de homogeneizar os cidadãos e seus respectivos direitos, desconsiderando a diversidade existente entre os sujeitos e suas demandas. Além disso, é apreendido o avanço nos aparatos legais no intuito de fornecer igualdade de oportunidades e condições às pessoas com deficiência, garantindo o acesso à educação de qualidade.

Deficiência visual: De acordo com Gomes (2010, p.38), a qual é caracterizada como: "[...] o comprometimento da utilização de algumas informações pelo canal visual, podendo ser congênita, adquirida, ser resultado de uma perda abrupta, decorrente de algum acidente ou progressiva." Diante disso, os deficientes visuais se distinguem em dois grupos, cegos e com baixa visão. A mesma autora também coloca a importância de saber identificar pessoas com cegueira e baixa visão.

Na medicina há duas escalas oftalmológicas ajudam a estabelecer a existência de grupamentos de deficiências visuais: a acuidade visual (ou seja, aquilo que se enxerga a determinada distância) e o campo visual (a amplitude da área alcançada pela visão). O termo deficiência visual não significa, necessariamente, total incapacidade para ver. Na verdade, sobre deficiência visual poderemos encontrar pessoas com vários graus de visão residual. (LIMA; FERNANDES, 2012)

Segundo Pires, et al. (2007) a deficiência visual é definida como a diminuição da resposta visual, que pode ser leve, moderada, severa ou profunda (que compõem o gru-

po de visão subnormal ou baixa visão), ou a ausência total da resposta visual (cegueira). Portanto, partimos do princípio de que a falta da visão não interfere na capacidade intelectual e cognitiva. Alunos cegos têm o mesmo potencial de aprendizagem e podem demonstrar um desempenho escolar equivalente ou superior ao de alunos que enxergam mediante condições e recursos adequados (Campos et al., 2007).

Novaes (2009) afirma que dos nossos cinco sentidos, à visão tem o papel mais importante para o grau de importância da aprendizagem. Assim, pode-se concluir que o deficiente visual tem maior dificuldade de compreender o mundo comparado a um aluno que não possui essa deficiência. Entende-se que as aulas práticas podem levar os alunos a ter um desenvolvimento intelectual melhor, para os alunos com deficiência visual é ainda mais importante para a sua aprendizagem, pois o significado de tudo que o rodeia se faz principalmente através do tato.

Deficiência auditiva: conhecida como surdez, consiste na perda parcial ou total da capacidade de ouvir, isto é, um indivíduo que apresente um problema auditivo. É considerado surdo todo indivíduo cuja audição não é funcional no dia a dia, e considerado parcialmente surdo todo aquele cuja capacidade de ouvir, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva. (Goldefeld, 1998).

Segundo Speri (2013) na deficiência auditiva leve, a palavra é ouvida, mas certos sons não são percebidos, percebe-se a fala com voz normal, mas tem dificuldade com voz baixa ou distante, as crianças são consideradas muito distraídas e apresentam dificuldade na comunicação em ambientes ruidosos ou em grupo. Ouvir bem e de forma nítida e discriminadora é essencial para poder receber informações e sequências de aprendizagem escolar. Infelizmente, muitas crianças não conseguem utilizar adequadamente este caminho para aprender porque apresentam déficits parciais ou déficits totais (surdez) de percepção auditiva.

Denomina-se uma perda auditiva de mista quando ela apresenta características próprias das perdas já mencionadas, tanto a neuro-sensorial como a condutiva. Trata-se, portanto, de uma perda grave, pois além de possuir caráter irreversível causada por um transtorno do nervo auditivo ou da orelha interna, existe também um problema no mecanismo da orelha média que resulta numa audição muito prejudicada.

Para Perlin e Quadros (1997), o processo educacional para alunos deficientes auditivos só será possível se contemplar espaços específicos em uma escola regular de ensino que se utiliza especificamente da língua de sinais para propagar o conhecimento levando em conta que esta escola estará atendendo a uma comunidade que possui história e cultura na sua forma plena de expressão.

Deficiência Múltipla: Ao definir deficiência múltipla, Rocha e Pletsch (2015, p.116), afirmam que existem diferentes opiniões sobre o assunto, sendo que “alguns a consideram como uma deficiência inicial que foi geradora de outras. Outros a entendem como a associação entre duas ou mais deficiências, sem necessariamente uma ter sido causa do desenvolvimento da outra”

Para Godói, a deficiência múltipla é uma junção de mais deficiências, tanto a física, intelectual, e visual ou auditiva. “Entretanto, essas deficiências reunidas não caracterizam um tipo, mas o nível do desenvolvimento e, as possibilidades práticas da comunicação, da interação social e aprendizagem, que irá determinar as reais necessidades educacionais desses indivíduos”. (2006, p. 11), assim, apresentam privação no desenvolver, devido às causas que contornam a deficiência, que são de ordem sensorial, motora, linguística estas originadas de “fatores como o pré-natal, perinatais e/ou pós-natais, e situações ambientais envolvendo acidentes e trauma no crânio, a intoxicação química, e irradiações, tumores...” (SILVA, 2011)

No entanto, não é o somatório dessas alterações que caracterizam a múltipla deficiência, mas sim o nível de desenvolvimento, as possibilidades funcionais, de comunicação, interação social e de aprendizagem que determinam as necessidades educacionais, o desempenho e as competências desses alunos, que são heterogêneas e variáveis. Alunos, com níveis funcionais básicos e possibilidades de adaptação ao meio podem e devem ser educados em classe comum, me-

diante a necessária adaptação e suplementação curricular.

A escola na vida da criança com deficiência múltipla tem papel fundamental e, dependendo da sua experiência, esse papel pode ser tanto positivo quanto negativo. Se as pessoas inseridas nesse meio não conseguirem desenvolver olhares acolhedores e de possibilidades, a trajetória se tornará cada vez mais difícil e, aparentemente, muitas vezes, impossível.

Deficiência intelectual e paralisia cerebral: Muitas vezes a dificuldade de comunicação da criança com paralisia cerebral pode levar a conclusão de que ela tem deficiência mental. De fato, existe uma incidência expressiva das duas deficiências concomitantemente, porém isto não é uma regra. A paralisia cerebral decorre de uma lesão no cérebro que compromete as funções motoras do indivíduo. A criança com paralisia cerebral pode ter dificuldades físicas como: tensão dos músculos, movimentos rígidos, involuntários ou retorcidos, tremores e problemas na fala, a depender de cada caso. Associada a deficiência intelectual, esta criança precisará de apoio, pois seu processo de aprendizagem e de retenção do aprendizado que será mais lento do que os das crianças sem deficiência.

De acordo com Almeida (2007), deficiência intelectual ou atraso mental tratasse de quando indivíduo apresenta limitações no seu funcionamento mental e no desempenho de tarefas como cuidado pessoal, comunicação e de relacionamento social. Tais limitações provocam atrasos na aprendizagem e consequentemente no desenvolvimento do indivíduo.

Almeida Junior (2018) afirma que o ingresso de crianças com deficiência física neuromotoras na educação não deve ser visto como uma dificuldade, principalmente quando está relacionado à inclusão, pois, o processo educacional precisa acolher esse deficiente além de sua limitação motora. Dessa forma, pode se entender que, as práticas educacionais, que são destinadas às crianças que tem esse tipo de deficiência, precisam de oportunidade para a socialização, bem como as habilidades, sendo elas, cognitivas, linguísticas, psicomotoras, entre outras.

Podemos constatar que são vários os tipos de deficiência física, e cada uma delas atinge algum segmento ou mais do corpo humano, com isto pode-se perceber que cada aluno com deficiência física possui uma limitação especifica de acordo com sua deficiência, utilizamos então esta constatação para afirmar a necessidade de se ter acessibilidade espacial nas nossas escolas e principalmente nas aulas de Educação Física, pois somente desta forma pode-se alcançar uma inclusão por completo, tornando o ambiente escolar acessível para todos os alunos portadores de necessidades especial, em destaque neste trabalho os deficientes físicos

O Autismo ou o Transtorno do Espectro Autista são transtornos que compartem déficit em interação social, práticas elaboradas, podendo ter comportamentos além do que se espera para idade, ou apresentar alguns atrasos em seu desenvolvimento. Tais características podem ser graves, tendo seu início precoce e ao passar do tempo ocasionar mais problemas gerais e disseminados tanto na aprendizagem como na adaptação.

Segundo o DSM-5 os primeiros sintomas do TEA constantemente envolvem atraso no desenvolvimento da linguagem, geralmente acompanhado por ausência de interesse social ou interações sociais incomuns, padrões estranhos de brincadeiras e padrões incomuns de comunicação. Ainda no manual, foram inclusos três graus de necessidade de apoio dentro do espectro, assim, os indivíduos caracterizados como nível um exigem apoio, no nível dois os indivíduos exigem apoio substancial e, no nível três, exigem apoio muito substancial (APA, 2013).

De acordo com o Manual para as Escolas (2011), alguns dos pontos fortes que podem estar presentes em um indivíduo com autismo são: Forte destreza visual, facilidade de entender e reter alguns conceitos, regras, sequências e parâmetros. Excelente memória para detalhes ou fatos mecânicos. Memória de longo prazo e capacidade em informática, habilidades tecnológicas ou interesse musical, intensa concentração ou focalização especialmente em áreas de atividades preferidas. Habilidades artísticas, habilidades matemáticas, habilidade de descodificar a linguagem escrita etc.

Síndrome de Down: ou trissomia do cromossomo 21 é uma condição genética causada por um erro na reprodução celular durante a divisão embrionária, resultando em três cromossomos no par 21 ao invés de dois. É considerada a alteração cromossômica (cromossomopatia) mais comum e a principal causa de deficiência intelectual e de desenvolvimento na população segundo a Global Down Síndrome Foundation (MARINHO, 2021).

Os sinais e sintomas evidenciam os portadores da Síndrome de Down e não raras às vezes suas fisionomias contribuem para as práticas de preconceito e exclusões sociais. Tais dados também são indicadores de fragilidades físicas e biológicas, fazendo-se necessárias ações na área da saúde que melhorem a qualidade de vida dos portadores de Síndrome de Down e programas de assistências aos seus familiares para um cuidado com mais qualidade e efetivo na assistência dos seus.

Cabe ressaltar que tais intervenções precoces podem modificar o rumo da vida de tais indivíduos e que as famílias devem ser conscientizadas o mais depressa possível para que saiam da condição de luto por terem um filho com tal deficiência é assumam uma postura de "heróis" sem superpoderes, mas dotados de coragem para enfrentar os desafios de criar e educar com dignidade um filho com Síndrome de Down.

A aprendizagem se efetiva na interação social dentro de um determinado momento histórico, requerendo o uso de mediadores para o processo criativo, por meio de diferentes estratégias pedagógicas que possibilitem o acesso a herança cultural, ao conhecimento socialmente construído e a vida produtiva - condições consideradas essenciais para a inclusão social e o pleno exercício da cidadania.

CONCLUSÃO

Ao final deste trabalho pude ter as seguintes conclusões, a primordial, foi aprender um pouco mais em como é importante a inclusão da pessoa com deficiência em todos os meios da sociedade, para que assim elas possam se sentir melhor, podemos ver e aprender a respeitar e ajudar nas limitações dessas pessoas.

Neste sentido, pode-se comprovar a importância do conhecimento sobre inclusão escolar, pois é através dele que o educador vai poder proporcionar um melhor atendimento ao estudante com necessidades educacionais especiais, conseguindo assim, uma maior satisfação em relação ao aprendizado. As leis existem para serem seguidas frente a situações específicas, mas para isso deve-se haver estrutura para as adaptações ao cumprimento das mesmas. O poder das políticas públicas poderá contribuir para criar espaços, assegurar direitos e deveres, promover projetos mais eficientes, mas não dá garantia nenhuma sobre uma verdadeira inclusão entre pessoas se de fato não nos envolvermos.

A troca de conhecimentos que será adquirido através da inclusão social é vantajosa para todos, tanto para aqueles que ensinam como também para aqueles que aprendem. Entretanto a simples inclusão de alunos com deficiência na sala de aula do ensino regular não resulta em benefícios de aprendizagem. Tem do constantemente observado que os alunos com níveis diferentes de deficiência prendem mais em ambientes integrados, onde lhes são proporcionados experiências e apoios educacionais adequados do que quando estão em ambientes segregados.

Para que a inclusão aconteça deve haver conscientização e aceitação dos professores, para que as crianças serem respeitadas. O processo de inclusão é um grande desafio a ser enfrentado pelas crianças com deficiência e para todos aqueles que enfrentam alguma dificuldade, por isso, precisamos de profissionais mais capacitados e preparar melhor o ambiente escolar para receber esses alunos.

É apreendido que alguns desafios estão postos para que a sociedade por meio do movimento de inclusão possa enfrentá-los. Inicialmente, por meio da garantia da participação plena e efetiva das pessoas com deficiência em todos os âmbitos sociais, seja na inserção de atividades comunitárias ou a garantia da inclusão em políticas públicas, como a do trabalho. Há que imperar o respeito pela diferença através da aceita-

ção da diversidade existente na sociedade, possibilitando igualdade de oportunidade e acessibilidade disponível a todos os grupos que delas necessitarem, sejam pessoas com deficiência ou portadores de necessidades especiais.

Portanto, é preciso construir de maneira coletiva mecanismos que viabilizem este processo inclusivo. O corpo docente, a administração e todos os envolvidos neste processo, são de suma importância na participação e na construção de modelos alternativos de aprendizagem, materiais curriculares, modelos tecnológicos e metodológicos que entendam a educação das pessoas com deficiência de forma que sua diferença não seja vista como déficit, falta de aptidão, anormalidade.

Dessa forma, pretendeu-se enfatizar a educação inclusiva, e a problemática sobre os alunos com deficiência dentro do contexto social da escola, verificando a atual realidade, fazendo um paralelo entre a teoria e a prática, isto é, a legislação vigente, os referenciais teóricos e o cotidiano dos alunos inclusos no ensino regular. As dificuldades enfrentadas pela escola para incluir o aluno deficiência no seu âmbito educacional e lhe oferecer um serviço de qualidade, perpassa as estruturas físicas, de uma visão inclusiva da gestão ou do quadro de docentes que tem a preocupação no aprendizado desse aluno.

REFERÊNCIAS

ABUJAMRA, A.C.P.; PICCIRILLO, M.B.; PRUX, O.I. Saúde: Direito da Pessoa com Deficiência. UNOPAR. Cient., Ciênc. Juríd. Empres., Londrina, v. 11, n. 1, p. 31-39, Mar. 2010.

ALMEIDA JÚNIOR, C. B. Deficiência física neuromotora: um estudo das políticas e seus desdobramentos na educação infantil. 2018. 149f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2018.

ALMEIDA, Marina da Silveira Rodrigues. O que é deficiência intelectual ou atraso cognitivo? 2007. Disponível em: http://inclusaobrasil.blogspot.com/2007/10/o-quedeficincia-intelectual-ou-atraso.html. Acesso em: 16. Abril. 2024.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Artmed Editora. 2013

BATALHA, D. V. Um breve passeio pela política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva brasileira. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, IX, 2009, Curitiba: III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 2009. p. 1065-1077. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/1915_1032.pdf>. Acesso em: 16. Abril. 2024.

CAMPOS, I. M., et al. Atendimento Educacional Especializado - Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado. Deficiência Visual. SEESP / SEED / MEC. Brasília. 2007.

DINIZ, Margareth. Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades especificas: avanço e desafios. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2012. 109 p. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=deficiencia&searchpage=1&filtro=todos&from =busca&page=3§ion=0#/legacy/36761>. Acesso em: Acesso em: 17 abril 2024.

GOLDEFELD, M. Fundamentos em Fonoaudiologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1998.

GOMES, Robéria Vieira Barreto. Alfabetização de alunos com baixa visão e cegueira: o trabalho na escola e da equipe de deficiência visual de Cruzeiro do Sul/AC. Niterói-RJ/UFF, 2010. Dissertação (Mestrado).

GODÓI, Ana Maria de. Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem. Educação Infantil, Deficiência Múltipla. 4 ed. Brasília: MEC, 2006.

GUGEL, Maria Aparecida. Pessoas com Deficiência e o Direito ao Concurso Público: reserva de cargos e empregos públicos, administração pública direta e indireta. __ Goiânia: Ed. da UCG, 2016.

LIMA, Mara Rúbia Guimarães; FERNANDES,

Priscila Dantas; Deficiência visual: obstáculos e possibilidades de inclusão social. VI Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade", São Cristovão, Sergipe, Brasil. 2012.

MANTOAN, Egler, Maria Tereza. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

Manual das escolas 2011: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/Manual_para_as_Escolas. pdf> pela Escola New York Center para o Autism Charter . 2008. Acesso em: 16 abril 2024.

MARINHO, Matheus. A intervenção fisioterapêutica no tratamento motor da síndrome de down: uma revisão bibliográfica. Revista Campos do Saber, Paraíba, ano 2018, v. 4, n. 1, p. 2447-5017, 1 jun. 2018

MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENEZES, Ana Carla. A educação precoce como base para a integração.
Monografia de especialização, UnB, 1995. (Curso de Deficiências Múltiplas, Valparaiso - Go, 2002).

NOVAES, Marisa. Os Sentidos na Aprendizagem. Disponível em: http://altnativas.blogspot.com/2009/09/os-sentidos-na-aprendizagem.html. Acesso em: 15 de abril de 2024.

PERLIN, G. & R. M. QUADROS. Educação de Surdos em Escola Inclusiva? Revista Espaço. 1997.

PIRES, R. F. M.; RAPOSO, P. N.; MÓL, G. S. Adaptação de um livro didático de Química para alunos com deficiência visual. In: VI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 2007, Florianópolis, SC. Anais do VI ENPEC, 2007.

RIBAS, J. B. C. O que são deficientes. São Paulo: Brasiliense, 2003.
ROCHA, Maíra Gomes de Souza da; PLETSCH, Márcia Denise. Deficiência Múltipla: disputas conceituais e políticas educacionais no Brasil. Cad. Pés. São Luís - MA. v. 22, n. 1, jan.-abr. 2015. Disponível em: http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/3 077/1447. Acesso em: 24 abr. 2024.

SÁ, Antônio Villar. M. de. A Contradição Exclusão/Inclusão na Sociedade e na Escola. Revista Semestral da Faculdade de Educação – UnB: Linhas Críticas, Brasília, v.11, n.20, p. 05-25, jan/jun.2005.

SANTOS, J. B. A "dialética da exclusão/inclusão" na história da educação de 'alunos com deficiência'. Revista da FAEEBA, Salvador (BA), v. 11, n. 17, p. 27-44, jan./jun. 2002.

SASSAKI, R. K. Inclusão Construindo uma Sociedade para todos. 3° Ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SILVA, Yara Cristina Romano. Deficiência múltipla: conceito e caracterização. Anais Eletrônico, VIIII EPCC. Encontro Internacional de Produção Científica. Centro Universitário de CESUMAR, Maringá: Paraná, 2011. Disponível em: http://www.conhecer.org.br/download/cp/inclusao/m3/leitura%203.pdf Acesso em: 09/04/24.

SPERI, Maria Raquel Basílio. A criança com deficiência auditiva: da suspeita ao processo de reabilitação fonoaudiológica. Em Pauta: revista Verba Volant da UFPel, Rio Grande do Norte, v.4, n.1, p.40-64, Janeiro-Junho, 2013.

ZIMERMANN, Elisete Camargo. Inclusão Escolar. Publicado 4/04/2008. Disponível em http://www.webartigos.com/articles/5190/1/Inclusao -Escolar/pagina1.html#ixzz1I1pGK